

Bancos querem acordo...

por Tom Camargo
de Londres
(Continuação da 1ª página)

Bancos querem acordo de longo prazo

GAZETA MERCANTIL

por Tom Camargo
de Londres

Se o Brasil precisar de dinheiro novo ou pretender um programa plurianual de reescalonamento de sua dívida externa, terá de aceitar uma supervisão ou monitoramento de sua economia por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os mais de setecentos bancos credores do País, segundo um portavoz autorizado, aceitaram que o FMI permanecesse na sombra durante as conversas que antecederam a preparação do miniprograma para 1986 (o que prorrogou linhas comerciais e interbancárias, rola a dívida de 1986 e dá sete anos para pagar o principal de operações de médio e longo prazo de 1985), pois o consideram apenas "uma ponte para um futuro 'pacote' multi-anual".

Passadas as pressões políticas derivadas das eleições para a formação da Assembléia Constituin-



William Rhodes

te, em novembro, o FMI terá de ser reaceito por Brasília como figura central na discussão de um novo programa externo.

Na verdade, apesar de o governo brasileiro ter anunciado que não procuraria um acordo formal com o Fundo Monetário para dar suporte ao esquema

de travessia de 1986, durante o período que antecede a preparação do presente "rascunho" jamais o P "deixou de falar com Fundo, trocando corresponsabilidade e mantendo as suas linhas de comunicação em funcionamento".

Esses foram alguns pontos abordados ontem por William Rhodes, o funcionário graduado do C bank que preside o comitê de bancos que coordena negociações das dívidas países latino-americanos inclusive o Brasil, dura uma palestra para mais de duzentos especialistas de diversas áreas financeiras, participantes de um seminário sobre América Latina concluído ontem, em Londres.

Suas posições foram chanceladas por outros oradores, como David Rockefeller, ex-presidente do Chase Manhattan e presidente do principal comitê de bancos que cuida da dívida. Ele disse que a saída passa pelo fortalecimento da iniciativa privada, nacional e estrangeira, nos países devedores, e pelo atrelamento dos programas de reformas estruturais a um sistema de "parceria global", envolvendo agências multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial), os governos credores e o sistema bancário internacional.

De forma mais direta, outro banqueiro, Werner Blessing, da direção do Deutsche Bank, observou que os devedores latino-americanos têm nos bancos comerciais a melhor opção de cooperação para solucionar seus problemas, ao mesmo tempo que fortalecem a democracia e encaminham reformas sociais pacíficas.

Ele sugere que a carga representada pelo pagamento dos juros da dívida seja aliviada, mas descartada, de forma peremptória, a possibilidade de que novos empréstimos e o reescalonamento de antigas operações sejam feitos sem

(Continua na página 18)

"a direta supervisão do Fundo Monetário Internacional".

Outra ênfase a ser mantida, insistiram Rockefeller, Rhodes e Blessing, é a do tratamento "caso a caso", uma técnica cuja eficiência foi colocada em dúvida por Fernão Bracher, presidente do Banco Central, que falou no dia da abertura do seminário.

"A iniciativa Baker, na sua procura de estreita colaboração entre bancos, governos e organismos multilaterais, mantém a ideia do tratamento caso a caso e pede análise específica do desempenho de cada país devedor. Ahamos tal formato útil", disse Rhodes.

Ele disse que a primeira operação propiciada pelo plano do secretário do Tesouro dos Estados Unidos deverá acontecer na metade do corrente ano, mas

Banqueiro suíço não espera pagamento

"Os bancos comerciais dos Estados Unidos e de outros países não podem realisticamente esperar que seus empréstimos aos países menos desenvolvidos sejam integralmente saldados", declarou Hans Baer, diretor-gerente do Banco Julius Baer, de Zurique.

Qualificou também de "inadequado" o plano do secretário do Tesouro norte-americano, James Baker. De acordo com Baer, o plano exige que os países utilizem praticamente todas as suas reservas cambiais obtidas através de exportações, e, diante da atual situação de protecionismo comercial, esses rendimentos cambiais deverão cair.

(Reuters)

que é preciso separar o que foi obtido até agora, com os programas conjuntos do FMI e bancos comerciais, daquilo que virá na esteira da proposta de Baker. Depois que México, Equador e Iugoslávia assinaram acordos de reescalonamento plurianuais, Rhodes acredita que se esteja na ante-sala de um processo de volta às operações normais de mercado para alguns países (como o Uruguai, por exemplo).

CREDITO

Estes "empréstimos voluntários", agora não mais destinados a "tapar buracos" de balanços de pagamentos, abrigar-se-iam sob um amplo guarda-chuva de novos instrumentos de crédito. Entre eles estariam a conversão de dívidas em investimentos diretos, o financiamento de projetos claramente definidos, cofinanciamentos envolvendo bancos comerciais/Banco Mundial/BID/outras bancos de desenvolvimento regional, a emissão de bônus, cada vez mais operações denominadas em outras moedas que não o dólar e um sólido aumento dos recursos destinados a operações comerciais.

Tanto no caso de novos empréstimos quanto no reescalonamento de dívidas existentes, "comitês assessores" continuariam sendo o principal agente de negociação. "Eles continuarão sendo o foco dos esforços da comunidade bancária, pois são a base do tratamento caso a caso", disse Rhodes.

COMITE

A intenção, ainda segundo o banqueiro norte-americano, é ter um comitê assessor para cada país. Eles se encarregariam de sugerir elementos para a formação dos "pacotes" de refinanciamento, compreendendo basicamente três grandes linhas de atuação: o "onlending", ou renovação de operações

existentes, tendo como tomadores os mesmos clientes originais, o "relending", que é a passagem de uma operação para outro tomador, via depósito no Banco Central, e transformação de dívidas em investimentos diretos.

Condição "sine qua" para tal armação seria a manutenção de taxas constantes de crescimento econômico por parte dos devedores. A tônica "pagar a dívida, crescendo" foi comum a todos os principais oradores do encontro, resultando na constatação de que o ajustamento externo de diversos países latino-americanos tem estado muito adiante de seus feitos internos.

Observando que o Brasil tem encontrado dificuldades em vencer resistências domésticas para atacar as reais causas da inflação, Rhodes previu um crescimento de 5% em 1986, ensombrecido apenas pela falta de "manejo mais consistente da questão do déficit público".

CRESCIMENTO

Enquanto outras nuvens cercam as novas negociações com o México, devido à sua vulnerabilidade aos preços do petróleo e à definição de um orçamento governamental ambicioso ("motivado por razões políticas"), Rhodes prevê a volta do comitê de bancos a negociações com a Argentina, detecta sinais de que o Peru pode voltar a pedir "colaboração internacional", observa que o Uruguai teve uma operação sindicalizada para um projeto de energia concluída com excesso de emprestadores e lembra que a Colômbia também sindicalizou 1 bilhão de dólares "com monitoramento do FMI".

Necessitamos com urgência de estratégias (para a superação da crise da dívida) que impliquem crescimento", disse Rhodes.